

Deputados aumentam em 23,6% seus próprios salários

Francisco Stuckert

Em uma sessão de quórum excepcional, os deputados — que não encontram uma fórmula para repor as perdas impostas pela conversão dos salários em URV — agiram rapidamente na hora de aumentar os próprios vencimentos. Por 296 votos, eles derrubaram o veto presidencial ao projeto de isonomia dos membros do Legislativo com os do Supremo Tribunal Federal. Se confirmada pelo Senado, a derrubada do veto implicará aumento de 23,66% para os parlamentares e servidores comissionados do Legislativo e de 95,14% para os salários de ministros de Estado, presidentes e diretores de estatais. Se a votação no Senado Federal confirmar a votação da Câmara, os salários dos parlamentares subirão de CR\$ 3.800.511,44, em março, para CR\$ 4.669.606,77, valor dos vencimentos pagos aos ministros do STF. O aumento maior será para ministros de Estado, que passarão de CR\$ 2.408.320,86 para o mesmo valor pago aos ministros do Supremo.

Este aumento pode representar o primeiro furo no plano do ministro Fernando Henrique Cardoso, e deixou preocupados os “tucanos”, que tentaram impedir a votação no plenário. “Isso é uma tragédia. Estou assombrado... abismado com a coragem desses deputados. Foi uma votação eticamente abominável e politicamente desastrada”, avaliou o deputado José Serra (PSDB-SP).

A sessão de derrubada do veto foi marcada por manobras regimentais, lideradas pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), chamado por todos de “presidente do sindicato dos deputados”.

Desmoralização — “O Congresso vai se desmoralizar se aprovar aumento de salário dos deputados e senadores e permitir a perda salarial da medida provisória que criou a Unidade Real de Valor (URV)”, reagiu o deputado Aloízio

Mercadante (PT-SP). A maioria das lideranças manifestou-se ao microfone pela manutenção do voto no plenário. Longe do microfone, elas orientaram seus liderados a votarem pela derrubada do voto.

A bancada do PT se absteve. O deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) foi um dos poucos a revelar ter votado contra o voto. E aos que o criticaram, tentou revidar com agressão física, como ocorreu no Salão Verde da Câmara, quando partiu para cima do deputado José Genoíno (PT-SP). O deputado Sarney Filho (PFL-MA) tentou explicar. “Não estamos votando aumento de salário e sim um voto a uma lei aprovada pelo Congresso”.

Pressões — Os líderes do PFL e do PMDB na Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (BA) e Tarcísio Delgado (MG), pediram a seus comandados, por baixo do pano, a derrubada do voto. Eles foram muito pressionados. Inúmeros parlamentares anunciaram que só continuariam participando da revisão com o aumento de salário. Outros alegaram que todo o fim de mês são obrigados a entrar no cheque especial.

Presidia a sessão do Congresso o primeiro-secretário da Câmara, Wilson Campos (PSDB-PE), que estendeu a sessão ao máximo para garantir um grande quórum e assim facilitar a derrubada do voto. Na votação do Senado, o presidente da Mesa, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), não seguiu o exemplo. O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) protestou: “O senhor tem que dar o mesmo tempo que foi dado na Câmara”. Como o quórum no Senado estava baixo — apenas 37 senadores presentes e eram necessários 42 votos pela derrubada do voto —, a sessão caiu por falta de quórum. A decisão sobre o aumento dos salários fica agora por conta do Senado.



O quórum não foi problema para os parlamentares derrubarem o voto presidencial e assim garantirem o aumento de seus salários